

Especial

Startups do Agro:
inspiração, inovação
e desafios no
campo brasileiro

PÁGINA 7

MINAS E ENERGIA

Conselho
vai tratar de
minerais e
terras raras

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou ontem da primeira reunião do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), que foi criado em 2022, mas ainda não havia sido instalado. O órgão foi idealizado para planejar políticas de exploração mineral, inclusive dos chamados minerais críticos e terras raras, que atualmente são fonte de tensão entre a China e os Estados Unidos. O Conselho será formado por representantes de 18 ministérios sob a presidência do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Na reunião de abertura, ao lado de Lula, Silveira destacou o papel do conselho, que será equivalente ao papel exercido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). **PÁGINA 2**

AÉREAS

Motta votará
PL que proíbe
cobrança de
mala de mão

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta afirmou ontem, na rede social X, que pautará um requerimento de urgência para um projeto que proíba a cobrança adicional de companhias aéreas sobre uma mala de mão e um item pessoal de passageiros em viagens. A matéria é de autoria do deputado Da Vitoria (PP-ES). "Um recado às companhias aéreas que querem cobrar até pela mala de mão nas viagens. A Câmara não vai aceitar esse abuso. Vou pautar a urgência do PL 5041/25, do deputado Da Vitoria (PP-ES), que garante o direito do passageiro de levar consigo uma mala de mão e um item pessoal sem cobrança adicional. O consumidor vem em primeiro lugar", escreveu Motta. **PÁGINA 6**

IBC-Br

Atividade econômica brasileira
registra alta de 0,4% em agosto

A atividade econômica brasileira apresentou crescimento no mês de agosto deste ano, de acordo com informações divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 0,4% em agosto em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período). Na comparação com agosto de 2024, houve variação positiva de

0,1%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais. No acumulado do ano, o indicador ficou positivo em 2,6% e, em 12 meses, registrou alta de 3,2%. O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 15% ao ano. **PÁGINA 2**

MERCOSUL



PAULO PINTO/ABRASIL

Brasil venderá
6 milhões de
barris de petróleo
para a Índia

A Petrobras assinou contrato para o fornecimento de 6 milhões de barris de petróleo à Índia ao longo de um ano, anunciou ontem o vice-presidente Geraldo Alckmin (foto), que lidera a delegação brasileira em visita oficial à capital indiana. O acordo faz parte de uma agenda mais ampla de fortalecimento das relações comerciais e energéticas entre os dois países. Segundo Alckmin, a estatal também lançará 18 blocos offshore para exploração de petróleo nas bacias de Santos e Campos. "É recorde. São 18 blocos no ano que vem e um número ainda maior em terra", afirmou. **PÁGINA 3**

REUNIÃO COM RUBIO

Vieira diz que Lula e Trump
devem se encontrar em breve



LULA MARQUES/ABRASIL

O Brasil e os Estados Unidos devem realizar uma nova reunião em novembro, dando continuidade à retomada do diálogo entre os dois países após meses de tensão diplomática, disse ontem o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (foto). A declaração foi feita após encontro com o secretário de Estado americano, Marco Rubio, na Casa Branca, em Washington. Segundo o chanceler, o encontro — que durou cerca de uma hora — ocorreu em clima de "excelente descontração e troca de ideias", com foco principal nas tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. **PÁGINA 7**

ESQUEMA MILIONÁRIO

Operação no
Rio combate
esquema de
apostas online

Uma operação para desarticular uma organização criminosa responsável por um esquema milionário de apostas online, fraudes e lavagem de dinheiro, batizada de Banca Suja, foi realizada ontem, em Duque de Caxias e Belford Roxo, na Baixada Fluminense, e no município do Rio de Janeiro. O grupo movimentou mais de R\$ 130 milhões em três anos. A ação determinou o bloqueio de R\$ 65 milhões em contas bancárias e na apreensão de R\$ 2,2 milhões em bens, incluindo oito automóveis. Segundo a Polícia Civil, uma das estratégias adotadas foi "seguir o dinheiro", para atacar os alicerces econômicos das organizações criminosas. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA -0,07% / 141.682,99 / -100,37 / Volume: 19.580.969.568 / Negócios: 3.101.195											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.			%
GOLL54	5,20	+2,36	+0,12	BPAN4	9,74	+26,49	+2,04	IFCM3	0,100	-16,67	-0,020
AMBP3	0,54	-15,62	-0,10	TOKY3	0,960	+14,29	+0,120	AMBP3	0,54	-15,62	-0,10
PDGR3	0,01	0,00	0,00	ESTR4	5,97	+12,64	+0,67	REAG3	1,500	-15,25	-0,270
COGN3	2,90	-3,97	-0,12	CGAS3	139,00	+12,10	+15,00	BRKM6	6,52	-14,55	-1,11
BBDC4	17,16	+1,42	+0,24	LOGN3	26,50	+9,32	+2,26	ONCO3	2,220	-9,76	-0,240
									Dow Jones	46.270,46	+0,44
									S&P 500	6.644,31	-0,16
									NASDAQ Composite	22.521,7	-0,76
									Nasdaq 100	24.579,316	-0,69
									Euronext 100	1.661,45	-0,25
									CAC 40	7.919,62	-0,18
									Salário mínimo		
									R\$ 1.412,00		
									IGP-M		
									0,42% (set.)		
									EURO turismo		
									Compra: 6,4309		
									Venda: 6,6109		
									DÓLAR Ptax - BC		
									Compra: 5,4982		
									+0,65%		
									DÓLAR comercial		
									Compra: 5,4688		
									Venda: 5,4694		
									DÓLAR turismo		
									Compra: 5,4960		
									Venda: 5,6760		

MERCADOS

Bolsa mantém cautela à espera de balanços e tem queda de 0,28%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Desde que tocou, no último dia 10, o menor nível de fechamento desde 3 de setembro, a 140,6 mil pontos, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) tem alternado perdas e ganhos em ritmo moderado e em base diária, sem conseguir ir além dos 142 mil em encerramento e também durante as sessões - à exceção desta quinta-feira, quando chegou aos 143.190,59 pontos no melhor momento do intervalo. Ontem, saiu de abertura aos 142.603,50 e fechou em leve baixa de 0,28%, aos 142.200,02 pontos, com giro financeiro a R\$ 20,9 bilhões na sessão, em que tocou mínima do dia a 141.445,76. Na semana, avança 1,08%, colocando a perda do mês a 2,76%. No ano, o índice sobe 18,22%. Com o petróleo no menor nível de preços desde maio, as ações de Petrobras (ON - 0,79%, PN -1,11%) permaneceram em baixa na sessão, negativa também para Vale ON, que cedeu 0,92%, assim como para os demais nomes do setor metálico, com destaque

para CSN (ON -2,58%). Tal efeito negativo das principais ações de commodities obscureceu o dia em parte positivo para os grandes bancos com a exceção, entre as maiores instituições, de Itaú PN, o principal papel do setor, em leve baixa de 0,24%, e BTG (-3,5%). Destaque para Bradesco (ON +0,74%, PN +1,15%). Na ponta ganhadora do índice, WEG (+2,70%), Copel (+2,15%) e Auren (+1,99%). No lado oposto, Magazine Luiza (-7,97%), Braskem (-6,67%) e Cosan (-4,52%). Ao longo da sessão, o mercado aguardava com interesse o que poderá emergir como resultado da reunião no período da tarde, em Washington, entre o secretário de Estado, Marco Rubio, e o ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, sobre o tarifaço americano, imposto a partir de 9 de julho. Havia expectativa positiva para o encontro, em relação a um possível alívio nas taxações. A reunião foi concluída, mas ambas as partes não se pronunciaram, até o momento, sobre a conversa bilateral.

Dólar volta a cair e fecha abaixo de R\$ 5,45 com BC dos Estados Unidos no radar

ANTONIO PEREZ/AE

O real perdeu fôlego ao longo da tarde de ontem, em meio ao aumento da aversão ao risco no exterior e à virada do petróleo para o campo negativo, mas conseguiu emendar o segundo pregão seguido de ganhos frente ao dólar nesta quinta. Após tocar a mínima de R\$ 5,4218 pela manhã, o dólar à vista fechou a R\$ 5,4431, com queda de 0,35%. Na máxima, atingiu R\$ 5,4588. A moeda recua 1,10% na semana, mas avança 2,26% em outubro. Apesar da cautela com o quadro doméstico, marcada pelas dúvidas sobre a elaboração do orçamento de 2026, o real segue apoiado pelo enfraquecimento global do dólar. Contribuem a perspectiva de desaceleração da econo-

mia dos EUA e novos cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano). Também houve alívio nas tensões comerciais após a confirmação do encontro, no fim do mês, entre os presidentes Donald Trump (EUA) e Xi Jinping (China), na Coreia do Sul. Termômetro do comportamento do dólar diante de uma cesta de seis moedas fortes, o Dollar Index (DXY) operou em queda firme e recuava mais de 0,45% no fim da tarde, na casa dos 98,430 pontos, após mínima de 98,298 pontos. As cotações do petróleo cederam mais de 1%, para o menor valor desde maio, após Trump relatar progressos nas conversas com o presidente russo, Vladimir Putin, para pôr fim à guerra na Ucrânia.

FRAUDE

CVM fecha novo acordo no âmbito do processo da Americanas

VINÍCIUS NOVAIS/AE

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) fechou um novo acordo administrativo em processo de supervisão no âmbito do processo sobre a fraude da Americanas. O acerto segue a mesma linha do firmado em setembro de 2023, mas o regulador não informou com quem o acordo anunciado ontem, foi firmado. A autarquia entende que os conteúdos obtidos a partir desse novo acordo tendem a fornecer mais insumos para o trabalho de

apuração e análise dos fatos envolvendo a companhia, iniciado em 2023. Aponta também que poderá celebrar contratos com extinção de sua ação punitiva ou redução, entre um e dois terços, da penalidade aplicável, mediante efetiva, plena e permanente cooperação da varejista na apuração dos fatos. Esses acordos podem ser propostos por pessoas físicas ou jurídicas que confessem a prática de infração às normas legais ou regulamentares, identifiquem os demais envolvidos.

IBC-Br

Atividade econômica do Brasil cresce 0,4% em agosto

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A atividade econômica brasileira apresentou crescimento no mês de agosto deste ano, de acordo com informações divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 0,4% em agosto em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período). Na comparação com agosto de 2024, houve variação positiva de 0,1%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais. No acumulado do ano, o indicador ficou positivo em 2,6% e, em 12 meses, registrou alta de 3,2%. O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o Comitê de Política Monetária (Co-

pom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 15% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia - indústria, comércio e serviços e agropecuária -, além do volume de impostos. A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia. Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a infla-

ção e estimulando a atividade econômica. **INFLAÇÃO** Depois de queda em agosto, em setembro a inflação oficial subiu 0,48%, com influência da alta da conta de luz. Em 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula 5,17%, acima do teto da meta, de 4,5%. As incertezas do cenário econômico externo e esses indicadores, como o IBC-Br, que mostram a moderação no crescimento interno estão entre os fatores que levaram o Copom a manter os juros básicos em 15% ao ano, na última reunião, em setembro. A intenção do colegiado é, de acordo com a ata divulgada, manter a taxa Selic atual "por período bastante prolongado" para garantir que a meta da inflação seja alcançada.

PIB Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB), que é o indicador oficial da economia brasileira divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o BC, o índice "contribui para a elaboração de estratégia da política monetária" do país, mas "não é exatamente uma prévia do PIB." O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país. Puxada pelas expansões dos serviços e da indústria, no segundo trimestre deste ano, a economia brasileira cresceu 0,4%. Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%.

MINAS E ENERGIA

Lula instala conselho para tratar de minerais críticos e terras raras

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva(**foto**) participou ontem da primeira reunião do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), que foi criado em 2022, mas ainda não havia sido instalado. O órgão foi idealizado para planejar políticas de exploração mineral, inclusive dos chamados minerais críticos e terras raras, que atualmente são fonte de tensão entre a China e os Estados Unidos. O Conselho será formado por representantes de 18 ministérios sob a presidência do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Na reunião de abertura, ao lado de Lula, Silveira destacou o papel do conselho, que será equivalente ao papel exercido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). "Esse conselho tem exatamente as mesmas atribuições do CNPE, e vai deliberar sobre o norteamento das políticas públicas acerca do setor mineral do país, dando condições para a agência reguladora (Agência Nacional da Mineração). A partir daí, irá implementar essas políticas públicas, em especial, nesse momento, onde o mundo debate com tanto vigor a importância dos minerais críticos e



TAUAN ALENCAR/MME

estratégicos para a descarbonização, para a transição energética, a segurança alimentar, enfim, para a soberania nacional", afirmou. A íntegra da reunião foi fechada à imprensa e o presidente saiu da sede do Ministério de Minas e Energia (MME) sem falar com jornalistas. O CNPM deve aprovar o Plano Nacional de Mineração para os anos de 2025 a 2050. Segundo o MME, o colegiado vai discutir minerais críticos e estratégicos, mineração sustentável, segurança energética e alimentar.

MINERAIS CRÍTICOS Os minerais críticos são recursos essenciais para setores estratégicos, como tecnologia, defesa e transição energética, cuja oferta está sujeita a riscos de escassez ou dependência de poucos fornecedores. Eles incluem elementos como lítio, cobalto, níquel e terras raras, fundamentais para baterias de veículos elétricos, turbinas eólicas, painéis solares e semicondutores. De acordo com o Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram), entidade que representa o setor privado, o Brasil possui cerca de 10% das reservas

mundiais desses elementos. Em audiência pública na Câmara dos Deputados, na quarta-feira passada, o ministro Alexandre Silveira afirmou ter sido convidado para discutir a exploração de minerais críticos com o secretário de Energia dos Estados Unidos, Chris Wright. Após encontro de Lula com o presidente norte-americano Donald Trump, os países vêm dialogando para superar a taxaço imposta pelos Estados Unidos contra o Brasil e a exploração de minérios pode entrar no bojo de uma negociação entre os países.

Silveira diz que há janela de oportunidade para grande sinergia com os Estados Unidos

RENAN MONTEIRO E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que "há uma grande oportunidade para o Brasil" na negociação com os Estados Unidos envolvendo minerais críticos e estratégicos. "Há uma grande oportunidade para o Brasil. O Brasil tem

terras raras em abundância: tem nióbio, cobre, urânio, os minerais críticos e estratégicos em abundância, em especial os estratégicos, e, portanto, abre uma janela de oportunidade muito grande para que a gente, nessa área, possa ter uma grande sinergia com os Estados Unidos", disse em entrevista coletiva após a instalação do Conselho

Nacional de Política Mineral (CNPM). O ministro reforçou que terá encontro com o secretário de Energia dos Estados Unidos, Chris Wright, em 30 e 31 de outubro, durante encontro de ministros do setor energético do G7, no Canadá. Silveira disse que essa será "uma primeira conversa, então não há de se ter ainda uma

visão clara daquilo que é convergente entre os interesses americanos e os interesses nacionais do povo brasileiro". "Por isso, é um passo importante, fundamental, queremos sair de lá com uma visão clara dos dois países e buscar uma convergência naquilo que for o interesse de ambos os países para implementarmos", disse.

MERCOSUL

Brasil venderá 6 milhões de barris de petróleo para Índia

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A Petrobras assinou contrato para o fornecimento de 6 milhões de barris de petróleo à Índia ao longo de um ano, anunciou ontem o vice-presidente Geraldo Alckmin (foto), que lidera a delegação brasileira em visita oficial à capital indiana. O acordo faz parte de uma agenda mais ampla de fortalecimento das relações comerciais e energéticas entre os dois países.

Segundo Alckmin, a estatal também lançará 18 blocos *offshore* para exploração de petróleo nas bacias de Santos e Campos. “É recorde. São 18 blocos no ano que vem e um número ainda maior em terra”, afirmou.

O acerto ocorre em meio à pressão dos Estados Unidos sobre a Índia, que sofre tarifas de até 50% em razão de sua compra de petróleo russo. Apesar disso, o país asiático mantém forte dependência da Rússia, que responde por mais de um terço de seu consumo energético.

A parceria com o Brasil surge como uma alternativa diplomática e estratégica para Nova Délhi diversificar fornecedores.

PREFERÊNCIAS

Durante a missão, Brasil e Índia também definiram um cronograma para ampliar o Acordo



ABRASIL

de Comércio Preferencial Mercosul-Índia, hoje considerado restrito. O governo brasileiro quer elevar o comércio bilateral para US\$ 15 bilhões em 2025 e

US\$ 20 bilhões até 2026.

O tratado atual cobre apenas 450 categorias de produtos e prevê reduções tarifárias modestas, entre 10% e 20%. A proposta em dis-

cussão busca ampliar o número de produtos beneficiados e aprofundar as preferências comerciais.

“Temos um acordo de preferência tarifária que cobre poucas linhas. Podemos ampliar e aprofundar para aumentar nossa competitividade”, afirmou Alckmin.

Para a diretora de negócios da ApexBrasil, Ana Repezza, a revisão do tratado é prioridade diante das tensões internacionais. “A ampliação tornou-se prioridade estratégica, especialmente após as tensões com os Estados Unidos”, disse.

COOPERAÇÃO

A missão brasileira reuniu representantes de 20 setores, incluindo agronegócio, tecnologia, energia e saúde. As conversas abordaram a redução de tarifas e o acesso ao mercado indiano, além de medidas para facilitar negócios, como o visto eletrônico para empresários indianos e parcerias na área farmacêutica.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, deve chegar a Nova Délhi hoje para aprofundar as negociações na área.

As iniciativas reforçam a aproximação entre Brasil e Índia em um momento de reconfiguração geopolítica global, com os dois países buscando ampliar sua presença no comércio internacional e consolidar-se como atores centrais do Sul Global.

STF

Dinheiro de condenações por danos coletivos deve ir a fundos públicos

RAYSSA MOTTA/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem, que o dinheiro arrecadado a partir de condenações por danos coletivos em ações civis públicas trabalhistas deve ser destinado, prioritariamente, ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. A decisão foi unânime.

Esses fundos são gerenciados por conselhos interinstitucionais formados por representantes do governo e da sociedade civil. O STF também definiu que eles devem dar transparência e rastreabilidade aos valores recebidos e não podem contingenciar verbas.

Os ministros admitiram que, em situações "excepcionais", como desastres naturais, os recursos podem ser di-

recionados judicialmente para a reparação ou compensações diretamente relacionadas ao processo, desde que sejam observados critérios de transparência na prestação de contas.

Nos casos excepcionais, o juiz deve fundamentar sua decisão e comunicar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para fiscalizar o uso dos recursos.

Os ministros buscaram assegurar o abastecimento dos fundos, como está previsto em lei, mas ao mesmo tempo deixaram uma brecha para situações urgentes. "Uma dose de flexibilidade, com essa transparência e essa excepcionalidade, controlada por órgãos públicos de respeito inequívoco, acho que resolve o problema", resumiu o ministro Luiz Fux.

ACORDO COLETIVO

Fup: contraproposta da Petrobras sobre ACT 2025 frustra petroleiros

DENISE LUNA/AE

A nova contraproposta da Petrobras para o Acordo Coletivo de Trabalho 2025 (ACT), apresentada em reunião ontem, à Federação Única dos Petroleiros (Fup) e seus sindicatos desagradou mais uma vez a categoria. Segundo a Fup, a estatal ignorou as principais cláusulas sociais e econômicas, além de não querer repor a inflação do período.

"Queremos discutir ganho real de salário, não apenas reposição inflacionária", afirmou em nota, após o encontro, o coordenador-geral da Fup, Deyvid Bacerlar. Segundo ele, os trabalhadores representam 6% dos custos

totais da Petrobras. Diante do impasse, o Conselho Deliberativo (CD) da Fup se reúne no dia 22 para avaliar a proposta e definir os próximos passos da campanha salarial. Pontos considerados importantes pela entidade sindical ficaram de fora da discussão, informaram, como uma solução para o fim dos equacionamentos da Petros, questões do AMS (o plano de saúde dos petroleiros), entre outros, e apenas propôs a correção do Vale Alimentação e Vale Refeição (VA/VR). Ainda de acordo com a Fup, não houve qualquer posicionamento da companhia em relação à incorporação dos trabalhadores das subsidiárias.

Mercosul e Índia negociam ampliação de acordo de Preferência Comercial

CÍCERO COTRIM/AE

O Mercosul e a Índia lançaram negociações para ampliar o Acordo de Preferência Comercial entre as partes, durante visita do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, a Nova Délhi.

"A iniciativa reforça o com-

promisso do governo federal com a diversificação de parceiros e a ampliação do acesso do Brasil a novos mercados, em linha com a estratégia de fortalecimento da inserção internacional da economia brasileira", diz o MDIC, em nota.

O próximo passo da iniciativa deve ser o estabelecimento de diálogo técnico entre as partes, incluindo a realização

de uma reunião do Comitê de Administração Conjunta. O encontro deve ocorrer em uma data próxima, com o objetivo de definir o escopo da ampliação.

A ideia é que o bloco sul-americano e a Índia façam esforços para concluir as negociações no prazo de um ano, informou a pasta.

Segundo o MDIC, as partes

concordaram que a ampliação do acordo deve ser "substancial", para que uma parcela significativa do comércio bilateral se beneficie de preferências tarifárias. Além disso, a ampliação deverá envolver questões tarifárias e não tarifárias.

Também foi acordado que haverá participação ativa do setor privado e de outras partes interessadas nas negociações.

GA RJ São Cristóvão Locação de Espaço Ltda.
CNPJ/ME nº 19.721.533/0001-90 - NIRE 33.210.246.141

Ata de Reunião de Sócios realizada em 16 de setembro de 2025
Data, local e hora: Em 16 de setembro de 2025, às 12:00 horas, na sede da **GA RJ São Cristóvão Locação de Espaço Ltda.**, localizada na cidade de Rio de Janeiro, estado de Rio de Janeiro, na Rua General Bruce, 62, São Cristóvão, CEP: 20921-030 ("Sociedade"). **Presenças:** Sócia quotista, **GA Self Storage Participações S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida João Dias, nº 2.319, sala 15, Santo Amaro, CEP 04723-003, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob nº 21.567.390/0001-56, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.501.365, neste ato representada na forma prevista em seu Estatuto Social por seus diretores **Fernando Hamaoui**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.771.536-1 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 217.012.23899, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 750, 18º andar, conjuntos 181, 182 e 183, Itaim Bibi, CEP 04530-001; e **Thiago Augusto Cordeiro**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.852.057-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 218.913.648-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Hungria, nº 1400, 4º andar, conj. 42, Jardim Europa, CEP 01455-00. **Ordem do dia:** Deliberar sobre a redução do capital da Sociedade. **Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes na ordem do dia, os sócios, por unanimidade de votos e sem restrições, resolvem: Por considerar que o capital social é excessivo ao objeto da sociedade, o sócio resolve proceder com a redução do capital social **dos atuais** R\$ 13.943.374,00 (treze milhões novecentos e quarenta e três mil trezentos e setenta e quatro reais), dividido em 13.943.374 (treze milhões novecentos e quarenta e três mil trezentos e setenta e quatro) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) totalmente integralizado, **para** R\$ 13.406.649,00 (treze milhões quatrocentos e seis mil seiscentos e nove reais) dividido em 13.406.649 (treze milhões quatrocentos e seis mil seiscentos e nove) quotas, sendo a redução, portanto, de R\$ 536.725,00 (quinhentos e trinta e seis mil setecentos e vinte e cinco reais), realizada mediante a redução proporcional ao número de quotas, atualmente no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Que a redução do capital será efetivada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, à sócia **GA Self Storage Participações S.A.**, no montante total de R\$ 536.725,00 (quinhentos e trinta e seis mil setecentos e vinte e cinco reais), com o respectivo cancelamento de 536.725 (quinhentos e trinta e seis mil setecentos e vinte e cinco) quotas. Que, de acordo com o parágrafo Primeiro do Artigo 1.084 do Código Civil, o presente instrumento com a cópia de sua publicação, bem como a Alteração do Contrato Social da Sociedade que irá formalizar a redução de capital social, serão devidamente arquivadas perante a JUCESP, não antes dos 90 (noventa) dias após a publicação da presente ata. **Encerramento e aprovação da Ata:** Terminados os trabalhos, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada pelo sócio presente e demais participantes. A presente ata é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2025. **GA Self Storage Participações S.A.**

GA RJ Maracanã Locação de Espaço S.A.
CNPJ nº 14.207.025/0001-75 - NIRE 33.209.605.780

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16/09/2025
Data, hora e local: Em 16/09/2025, às 12hs, na sede. **Convocação e presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em razão da presença de acionistas titulares de 100% das ações de emissão da Companhia. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Thiago Augusto Cordeiro** e secretariados pelo Sr. **Fernando Hamaoui**. **Deliberações aprovadas:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos: Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, **de** R\$ 12.819.031,00, dividido em 12.819.031 ações, **para** R\$ 12.099.708,00 dividido em 12.099.708 ações, sendo a redução, portanto, de R\$ 719.323,00, mediante o cancelamento de 719.323 ações ordinárias, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às respectivas participações do acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, no montante total de R\$ 719.323,00. Uma vez efetivada a redução ora aprovada, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 12.099.708,00 dividido em 12.099.708 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R\$ 12.099.708,00 dividido em 12.099.708 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 1** A Assembleia Geral determinou que a Diretoria da Companhia proceda à publicação da presente Ata, tornando-se efetiva a presente redução de capital apenas após decorrido o prazo de 60 dias contados da publicação da presente Ata e seu arquivamento, nos termos do Artigo 174 da Lei 6.404/76. Nada mais. Rio de Janeiro, 16/09/2025.
1 Sendo 12.099.708 ações ordinárias de titularidade do acionista **Evergreen Fundo de Investimentos em Participações – Multiestratégia**, todas integralizadas em moeda corrente nacional.

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.3.0001715-1 de 19/06/85

EDITAL DE CONVOCACÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. – em recuperação judicial, com sede na Rua da Assembleia, nº 85, sala 702, parte, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20.011-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/0001-82, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Renato de Andrade Cabral, na forma do Parágrafo Segundo do art. 25º do Estatuto Social da empresa, CONVOKA, através do presente EDITAL, todos os acionistas a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 24 de outubro de 2025, às 10h, por videoconferência, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem da seguinte Ordem do Dia: a) alteração dos artigos 16º e 21º dos Estatutos Sociais da companhia, que passarão a vigorar com a seguinte redação: "Art. 16º - A sociedade terá uma Diretoria composta de no mínimo 1 (um) e no máximo 4 (quatro) membros, sem designação especial. Art. 21º - Todos os atos que criarem responsabilidade para sociedade, somente terão validade quando assinados por 1 (um) Diretor ou por um procurador legalmente constituído para esse fim específico por 1(um) Diretor. Parágrafo Primeiro - A assinatura de cheques, requisições de talões de cheques, saldos bancários, bem como a representação perante qualquer estabelecimento bancário oficial ou particular, com a finalidade e abri e/ou movimentar contas bancárias da sociedade, bem como o aceite de títulos de crédito, poderão ser feitos por apenas um procurador para tal fim, nomeado por um diretor, em procuração específica e com validade expressa. Parágrafo Segundo - Todas as procurações outorgadas pela sociedade deverão estipular especificadamente os poderes conferidos, e, com exceção das procurações "ad judicia", terão período de validade que não poderá exceder o ano social em que foram outorgadas. Parágrafo Terceiro - A alienação e oneração de bens imóveis, cessões, financiamento, fianças, avais caução e renúncia de diretores, dependerão sempre de decisão específica em Assembleia Geral de Acionistas." b) Cancelamento da remuneração mensal do Conselheiros a partir de 1 de novembro de 2025. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2025
RENATO DE ANDRADE CABRAL

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90033/2025

O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90033/2025 no dia 29/10/2025 às 14h00min. – Objeto Aquisição de medicamentos da Grade de Uso Geral I, nos termos da tabela do termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Processo nº 33433.033103/2025-81. O pregão será realizado no site <https://www.comprasnet.gov.br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

GA RJ Botafogo Locação de Espaço Ltda.
CNPJ/ME nº 06.963.801/0001-39 - NIRE 33.210.508.334

Ata de Reunião de Sócios realizada em 16 de setembro de 2025
Data, local e hora: Em 16 de setembro de 2025, às 12:00 horas, na sede da **GA RJ Botafogo Locação de Espaço Ltda.**, localizada na cidade de Rio de Janeiro, estado de Rio de Janeiro, na Rua Arnaldo Quintela, nº 52, Botafogo, CEP: 22280-070 ("Sociedade"). **Presenças:** Sócia quotista, **GA Self Storage Participações S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida João Dias, nº 2.319, sala 15, Santo Amaro, CEP 04723-003, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob nº 21.567.390/0001-56, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.501.365, neste ato representada na forma prevista em seu Estatuto Social por seus diretores **Fernando Hamaoui**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.771.536-1 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 217.012.23899, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 750, 18º andar, conjuntos 181, 182 e 183, Itaim Bibi, CEP 04530-001; e **Thiago Augusto Cordeiro**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.852.057-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 218.913.648-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Hungria, nº 1400, 4º andar, conj. 42, Jardim Europa, CEP 01455-00. **Ordem do dia:** Deliberar sobre a redução do capital da Sociedade. **Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes na ordem do dia, os sócios, por unanimidade de votos e sem restrições, resolvem: Por considerar que o capital social é excessivo ao objeto da sociedade, o sócio resolve proceder com a redução do capital social **dos atuais** R\$ 23.550.728,00 (vinte e três milhões quinhentos e cinquenta mil setecentos e vinte e oito reais), dividido em 23.550.728 (vinte e três milhões quinhentos e cinquenta mil setecentos e vinte e oito) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) totalmente integralizado, **para** R\$ 20.829.202,00 (vinte milhões oitocentos e vinte e nove mil duzentos e dois reais) dividido em 20.829.202 (vinte milhões oitocentos e vinte e nove mil duzentos e dois) quotas, sendo a redução, portanto, de R\$ 2.721.526,00 (dois milhões setecentos e vinte e um mil quinhentos e vinte e seis reais), realizada mediante a redução proporcional ao número de quotas, atualmente no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Que a redução do capital será efetivada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, à sócia **GA Self Storage Participações S.A.**, no montante total de R\$ 2.721.526,00 (dois milhões setecentos e vinte e um mil quinhentos e vinte e seis reais), com o respectivo cancelamento de 2.721.526 (dois milhões setecentos e vinte e um mil quinhentos e vinte e seis) quotas. Que, de acordo com o parágrafo Primeiro do Artigo 1.084 do Código Civil, o presente instrumento com a cópia de sua publicação, bem como a Alteração do Contrato Social da Sociedade que irá formalizar a redução de capital social, serão devidamente arquivadas perante a JUCESP, não antes dos 90 (noventa) dias após a publicação da presente ata. **Encerramento e aprovação da Ata:** Terminados os trabalhos, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada pelo sócio presente e demais participantes. A presente ata é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2025. **GA Self Storage Participações S.A.**

ESQUEMA MILIONÁRIO

Operação combate esquema de apostas online e lavagem

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Uma operação para desarticular uma organização criminosa responsável por um esquema milionário de apostas online, fraudes e lavagem de dinheiro, batizada de Banca Suja, foi realizada ontem, em Duque de Caxias e Belford Roxo, na Baixada Fluminense, e no município do Rio de Janeiro. O grupo movimentou mais de R\$ 130 milhões em três anos. A ação determinou o bloqueio de R\$ 65 milhões em contas bancárias e na apreensão de R\$ 2,2 milhões em bens, incluindo oito automóveis.

Segundo a Polícia Civil, uma das estratégias adotadas foi “se-

guir o dinheiro”, para atacar os alicerces econômicos das organizações criminosas.

“Ao seguir o dinheiro e atacar os fluxos financeiros, a Polícia Civil vai além da repressão direta e enfraquece as estruturas econômicas que sustentam redes criminosas. Isso corrige desequilíbrios e protege as empresas que atuam de forma legal”, explicou o secretário de Polícia Civil, delegado Felipe Curi.

As investigações identificaram vínculos entre o grupo e a máfia do cigarro, baseada em Duque de Caxias. Também foi identificado que as empresas que comercializam filtros de cigarro recebiam transferências suspeitas de pessoas jurídicas li-

gadas ao núcleo principal da organização criminosa. De acordo com a polícia, o esquema demonstra um alto nível de articulação interestadual e nacional, incomum no estado.

“Ações como esta, que resultam no bloqueio de dezenas de milhões de reais, têm papel fundamental: o dinheiro recuperado pode ser revertido em favor da própria Polícia Civil, fortalecendo o combate ao crime organizado e enfraquecendo as facções”, avalia o diretor do Departamento-Geral de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro, delegado Henrique Damasceno.

As investigações apontaram que o grupo utilizava empresas

de fachada, transações fracionadas e operações simuladas para mascarar a origem ilícita dos valores. Além dos crimes financeiros, há indícios de envolvimento dos investigados em homicídios de desafetos e correntes, como forma de manter o controle sobre territórios e negócios ilegais.

“Identificamos empresas que movimentaram milhões em poucos meses, com o objetivo de dar aparência de legalidade a recursos criminosos. Essa distorção prejudica o mercado legítimo e distorce a concorrência”, explicou o delegado Renan Melo, da Delegacia de Combate às Organizações Criminosas e à Lavagem de Dinheiro

COP30

Fórum de Líderes Locais divulga programação oficial do evento no Rio

A Bloomberg Philanthropies divulgou a programação oficial do Fórum de Líderes Locais da COP30, que será realizado de 3 a 5 de novembro, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-Rio). O evento, organizado em parceria com a Presidência da COP30, reunirá mais de 300 prefeitos, governadores e autoridades subnacionais de todo o mundo para mostrar como a ação de cidades e regiões impulsiona o progresso climático global. O site oficial do Fórum —

disponível também em português — traz a agenda completa das atividades.

Ao longo de três dias, líderes locais e internacionais vão compartilhar experiências, firmar parcerias e consolidar uma agenda climática subnacional unificada, levando a voz das cidades às negociações globais da COP30, que ocorre em Belém, de 10 a 21 de novembro.

DESTAQUES

A abertura, em 3 de novem-

bro, será marcada pela Cúpula Mundial de Prefeitos da C40, que celebrará os 20 anos da rede e reunirá representantes das quase 100 cidades membro para compartilhar ações climáticas inclusivas e ambiciosas e estabelecer as próximas prioridades globais da rede.

No dia 4 de novembro, o destaque será o Prêmio Bloomberg Philanthropies Local Leaders Climate Awards 2025, que reconhecerá políticas e projetos locais com impacto mensurável

no combate às mudanças climáticas. O Rio de Janeiro é um dos 26 finalistas, com o Protocolo de Enfrentamento ao Calor Extremo da Prefeitura.

O encerramento, em 5 de novembro, será marcado pela Cúpula de Ação Climática Local, reunindo prefeitos, governadores e representantes nacionais para celebrar uma década de avanços desde a COP21 e traçar as metas para os próximos dez anos de ação climática.

Grupo Assim Saúde amplia ctis, leitos e adquirir equipamentos mais modernos para seus hospitais

O Grupo Assim Saúde vive um momento único em sua história em que despontam os frutos dos investimentos ao longo de 2024 e 2025. São importantes aquisições em tecnologias médicas, expansão de leitos de internação clínica, cirúrgica, cardiointensiva, emergência, CTI adulto, pediátrico e neonatal, leitos oncológicos adulto e infantil, salas cirúrgicas, ampliação de centros médicos, ampliação do Programa de Saúde Preventiva - Vida Special Life, entre outros dentro do planejamento estratégico voltado à melhor performance na sua rede assistencial própria firmado o compromisso com a Missão do Grupo de oferecer excelência técnica e humanizada aos clientes.

Na Região Metropolitana – Niterói e São Gonçalo, os investimentos geraram a expansão de leitos de emergência adulto e infantil, CTI adulto, CTI infantil, CTI Neonatal, salas cirúrgicas. Em São Gonçalo, maternidade, nova Ressonância Magnética, emergência infantil. Em Niterói, incremento da hemodinâmica novo centro médico de São Gonçalo no corpo do hospital São Lucas São Gonçalo.

No Engenho de Dentro – Hospital Memorial, a previsão é de expansão do CTI, emergência, internação clínica e cirúrgica totalizando 191 leitos em 2026.

Na Cidade Nova – O Novo Centro Médico, ao lado da Prefeitura da cidade, com capacida-

de para 31 mil atendimentos mês, onde também funciona a Clínica da Dor.

No Recreio dos Bandeirantes, a inauguração do Novo Centro Médico com capacidade instalada para 20 mil consultas mês, mais exames de imagem e laboratoriais.

Em Caxias, nova Oncologia Infantil com todo o acolhimento



Denise Figueiras, presidente

para oferecer à criança e ao seu responsável todo conforto para os momentos mais difíceis.90

Na Tijuca, novo Centro de Assistência à Mulher e à Criança.

Na Zona Oeste, novo Serviço de Pronto Atendimento -SPA.

“São projetos ambiciosos de investimento em infraestrutura com o propósito de dar ao cliente

Assim o melhor em tecnologias médicas, ambientes agradáveis, humanizados e excelência na prática médica.

Nossa visão é de empreendedorismo, crescimento sólido e permanente que fazem de nossa empresa reconhecida no Rio de Janeiro pela qualidade. Estamos preparados para o futuro visando sempre o bem-estar do cliente Assim.”

Aliado a toda gama de investimentos, continuamos cada vez mais fortes no Programa de Educação Continuada – Universidade Corporativa Memorial, cujo foco é na capacitação dos 5 mil colaboradores para que continuemos como empresa diferenciada no mercado pela humanização no atendimento aos clientes.

Além da Universidade Corporativa, temos fortemente divulgados o Programa de Integridade do Grupo, a LGPD e o Compliance, instrumentos que direcionam nossas ações no mais rigoroso padrão de ética.” – Afirma a presidente do Grupo Denise Figueiras.

Os Números dos investimentos são bastante significativos:

O Grupo sairá de 280 salas de consultórios e exames para 380. 100 a mais;

400 leitos para 700 leitos. Ampliando a possibilidade de internações;

O número de consultas aumentará de 180 mil consultas mês para 280 mil.

CRIME ORGANIZADO

Rio apresentará plano para recuperar territórios ocupados

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O secretário da Polícia Militar do Rio, coronel Marcelo Menezes, informou que o estado do Rio vai apresentar, nos próximos dias, um plano de reocupação territorial, envolvendo outras esferas de poder, como o governo federal e os municípios. Eles terão atribuições objetivas na reocupação, requalificação dos espaços e no trato com as pessoas que moram nessas comunidades.

A apresentação do plano de reocupação territorial atende a uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, a ADPF das Favelas, cujo objetivo é viabilizar a presença permanente do poder público por meio da instalação de políticas voltadas à juventude e da qualificação de serviços básicos para essas regiões.

Menezes esteve, na quarta-feira passada, na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa para falar sobre os planos da secretaria para a população. “Houve uma reunião de trabalho com todos os secretários, atendendo à determinação do STF para que o estado apresente plano de reocupação territorial, disse o secretário.

O deputado Carlos Minc (PSB) defendeu que a retomada dos territórios em áreas conflagradas seja feita de forma efetiva, de modo a possibilitar que os serviços oferecidos pelo poder público possam chegar à população que vive nas comunidades.

“A polícia sozinha não resolve, mas ela tem que ter um projeto de reocupação de territórios. Ter um plano de reconquista para essas áreas é uma unanimidade entre os deputados”, afirmou.

REFORMADOS

O secretário informou ainda, na reunião, que a corporação conta com aproximadamente 5 mil agentes inativos que estariam aptos a serem reconduzidos à corporação para prestar serviços administrativos e policiamento de proximidade.

O objetivo é readmitir nos quadros das corporações, de forma temporária e por meio de processo seletivo, militares inativos, que se encontram na reserva remunerada, e

em caráter excepcional, os reformados. De acordo com o texto do Projeto de Lei 6.029/25, poderão ser contratados, pelo prazo máximo de nove anos, policiais militares da reserva para atividades administrativas ou em programas do governo para expandir ações de policiamento.

O coronel Menezes explicou que esse tópico diz respeito ao Programa Segurança Presente, à Lei Seca e à Operação Foco (antiga Barreira Fiscal), de modo a permitir que militares da ativa que participam atualmente desses programas possam retornar aos batalhões e, assim, suprir o déficit operacional da corporação. “A gente propõe a utilização desses policiais veteranos no regime de Tempo Certo para a utilização em programas do governo do estado que integram a segurança pública e não envolvam o enfrentamento a áreas conflagradas’.

O deputado Luiz Paulo (PSD) disse que apresentará emenda ao projeto para especificar que, além do trabalho administrativo, os agentes contratados por Prestação de Tarefas por Tempo Certo atuem apenas nos programas citados pelo secretário, ou seja, em atividades de policiamento de proximidade.

“Estou propondo uma emenda exatamente para que esses veteranos ‘operacionais’ sejam alocados somente nessas funções específicas”, esclareceu.

EXIGÊNCIAS DO STF

A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio entregou, nessa quarta-feira, a primeira etapa das medidas determinadas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADPF 635. Dos 18 itens previstos pela Corte, três tinham prazo de 180 dias e foram cumpridos. O documento foi encaminhado ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que o levará ao STF.

“Estamos cumprindo o compromisso com a sociedade e com a Justiça, avançando de forma concreta na implementação das medidas determinadas pelo STF. Nosso maior foco é garantir a preservação da vida e a segurança dos cidadãos, com transparência e eficiência em todas as ações”, disse, em nota, o governador Cláudio Castro.

CORRIDA

Carioca aproveita prova de rua para visitar o Cristo pela primeira vez

Além de fazer bem ao corpo, o esporte oferece a seus praticantes novas oportunidades, que podem ser de fazer amizades, de estabelecer pontos de vida e até mesmo de conhecer novos lugares. Este é o caso do nutricionista e professor de educação física Vini Sassone, que, mesmo morando no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, nunca visitou o Cristo Redentor.

Isto mudará no próximo domingo, quando, aos 41 anos de idade, participará da 5ª edição da Meia Maratona do Cristo,

prova que reunirá 1.500 corredores na Floresta da Tijuca.

“Até hoje nem eu sei a razão de ainda não ter ido lá em cima. Acho que pelo fato de o ver [o Cristo] quase todos os dias parece algo que está ali e que posso ir quando quiser. E aí vai passando o tempo, e aí já viu né?! Quando vi a chamada para a corrida, parei na hora e pensei: ‘é agora e vai ser dar melhor forma, vou chegar correndo. Tudo a ver comigo e com o meu estilo de vida”, declarou Vini, que fará 21 quilômetros na prova.

CPI do INSS

Oposição atribui vitórias do governo ao fisiologismo do Centrão

LEVY TELES/AE

Reforçado na CPI do INSS, o governo conseguiu reverter o cenário que deu a presidência e a relatoria da comissão para a oposição e conseguiu garantir a maioria em todas as últimas votações mais controversas.

A articulação da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva garantiu que José Ferreira da Silva - irmão de Lula conhecido como Frei Chico - não fosse convocado e impediu a prisão do presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) Milton Baptista de Souza Filho, conhecido como Milton Cavalo. O Sindnapi é o sindicato ao qual Frei Chico é ligado.

Na perspectiva da oposição, o trabalho do governo configura uma "blindagem" a figuras que seriam importantes para contribuir com as investigações que apuram o esquema fraudulento de desconto não autorizado em associativas.

Para o grupo, as sucessivas vitórias do Centrão se devem ao "fisiologismo".

Neste mês, a CPI já colocou na mira figuras ligadas a caciques do Centrão. Na quinta-feira passada, 9, o colegiado votou a quebra do sigilo bancário de Paulo Boudens, ex-chefe de gabinete do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). A comissão rejeitou o requerimento.

Atualmente, Boudens tem um cargo de confiança no Conselho de Estudos Políticos do Senado, com um salário de R\$ 31,3 mil. O placar final terminou 17 a 13.

As votações que barraram a convocação de Frei Chico e a prisão de Milton Cavalo terminaram com o placar de 19 a 11 e 18 a 13.

"É o resultado de muito trabalho e organização. Fui escalado para organizar a bancada do governo aqui", afirma o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), líder do governo na CPI do INSS.

Esse trabalho consiste em garantir que os deputados suplentes (em sua grande maio-

ria, opositonistas) não substituam titulares e votem, constante análise da pauta e firmar compromisso com demais parlamentares para não faltarem.

Foram as ausências, em especial, que garantiram a vitória da oposição no controle da CPI. Opositcionistas trabalharam na madrugada do dia da votação para escolher o presidente da CPI para garantir que o senador Carlos Viana (Pode-mos-MG) saísse triunfante. O placar daquela votação terminou com 17 votos para Viana contra 14 do senador Omar Aziz (PSD-AM), indicado do governo e por Alcolumbre para ocupar o cargo.

Integrantes da CPMI e do Centrão atribuíram a culpa da falta de articulação ao líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP).

Nas últimas semanas, Randolfe está cada mais ausente na CPI, enquanto Pimenta costuma ser presença constante, indo até o final das sessões, que costumam ir até a madrugada.

A oposição venceu, em votações com placar ainda mais apertado, as primeiras outras disputas no voto, mas acumulava reverses nas últimas semanas.

"Ganhar ou perder aqui faz parte. Mostra que o Brasil está blindando os principais investigados. Se não é o governo, é o STF", diz o deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB).

Para o parlamentar, é preciso trabalhar para que partidos do Centrão indiquem membros alinhados com a oposição. Neste momento, ele vê que essas siglas estão jogando com o governo e as legendas de centro estão ajudando o governo. "O Centrão é fisiológico", afirma.

O relator da CPI do INSS, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), critica a postura do governo, que, para ele, favorece a impunidade. "Essa blindagem em série é muito ruim ao Parlamento", diz. "O povo brasileiro precisa cobrar responsabilidade. Eu não tenho criminoso de estimação."

FESTA DA FRAQUEJADA

Bolsonaro pede autorização para festejar aniversário da filha

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ex-presidente Jair Bolsonaro(**foto**) pediu autorização ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para receber convidados e comemorar os 15 anos de sua filha, Laura Bolsonaro.

Em uma petição enviada ao Supremo, os advogados do ex-presidente, que cumpre prisão domiciliar, afirmam que a festa será realizada amanhã e pedem que seja autorizada a entrada dos amigos da adolescente, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e outros amigos da família que já estão autorizados a participar de um grupo de oração na residência.

A defesa também solicitou que o maquiador Pablo Agustín, amigo da ex-primeira dama Michelle Bolsonaro, seja autorizado a passar os dias 17, 18 e 19 de outubro hospedado na casa.

Para justificar a solicitação, os advogados afirmaram que o encontro tem caráter pessoal.

"Trata-se, assim, de um almoço de cunho familiar, sem qualquer conotação pública ou política, restrito ao círculo pessoal da família do peticionante", afirmou a defesa.

BOLSONARO/ABRASIL



Desde o dia 4 de agosto, Bolsonaro cumpre prisão domiciliar por determinação do ministro.

A medida cautelar foi determinada no inquérito no qual o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente, e o próprio Bolsonaro foram investigados por atuarem junto ao governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para promover medidas de retaliação contra o governo brasileiro e ministros do Supremo, entre elas, o cancelamento de vistos e a aplicação da Lei Magnitsky.

No mês passado, a Primeira Turma do STF condenou Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão na ação penal da trama golpista.

AÉREAS

Motta quer votar PL que proíbe cobrança de mala de mão

VICTOR OHANA/AE

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta(**foto**) afirmou ontem, na rede social X, que paupará um requerimento de urgência para um projeto que proíba a cobrança adicional de companhias aéreas sobre uma mala de mão e um item pessoal de passageiros em viagens.

A matéria é de autoria do deputado Da Vitoria (PP-ES). "Um recado às companhias aéreas que querem cobrar até pela mala de mão nas viagens. A Câmara não vai aceitar esse abuso. Vou pautar a urgência do PL 5041/25, do deputado Da Vitoria (PP-ES), que garante o direito do passageiro de levar consigo uma mala de mão e um item pessoal sem cobrança adicional. O consumidor vem em primeiro lugar", escreveu Motta.

O texto assegura ao passageiro aéreo em voos domésticos ou internacionais, operados por companhias aéreas nacionais ou estrangeiras, quando parte da viagem se der em território brasileiro, "o direito de transportar, sem cobrança adicional, uma bagagem de mão, dentro dos limites regulamentares da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e um item pessoal, como bolsa, mochila ou pasta, observados os limites de peso e dimensão estabelecidos pela autoridade reguladora".

De acordo com a proposta, "ficam as companhias aéreas proibidas de oferecer tarifas que excluam ou limitem o direito do



JOSE CRUZ/ABRASIL

passageiro de levar gratuitamente a bagagem de mão prevista no artigo anterior, ressalvados os casos em que a bagagem exceda o peso ou as dimensões permitidas pela Anac, hipótese em que poderá ser exigido o despacho mediante cobrança proporcional ao excesso".

O projeto considera como bagagem de mão o volume que possa ser acomodado nos compartimentos superiores da cabine da aeronave e que atenda aos limites de peso e dimensão fixados pela Anac. Como item pes-

soal, o texto prevê bolsa, mochila, pasta ou volume equivalente que possa ser acomodado sob o assento à frente do passageiro.

ANAC

O diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Faierstein, afirmou que haverá um esforço do órgão regulador para participar da discussão sobre a cobrança por bagagens pelas companhias aéreas, buscando conciliar preocupações de consumidores e das empresas. O tema voltou a

ganhar repercussão após reação do Congresso Nacional contra tarifas extras anunciadas pela Gol no mesmo molde já praticado pela Latam.

"Conversei com o presidente Hugo Motta sobre as preocupações do Congresso quanto à cobrança por bagagens. Queremos reduzir custos das passagens, mas não podemos criar dificuldades para as empresas operarem no Brasil", afirmou em coletiva de imprensa no início da noite de ontem referindo-se a diálogo presidente da Câmara.

JULGAMENTO NO STF

Defesas isolam acusações da PGR e afastam núcleo de chefia de golpe

RAYSSA MOTTA/AE

As defesas dos réus do núcleo de desinformação (núcleo 4) do plano de golpe buscam minimizar as acusações contra seus clientes e afastá-los da cadeia de comando da trama golpista. Os advogados apresentam nesta terça-feira, os argumentos finais no processo.

O primeiro dia de julgamento foi reservado às sustentações orais da acusação e das defesas. A votação na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) está prevista para começar na próxima terça, 21.

Os criminalistas têm uma missão difícil. Ao condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no mês passado, a Primeira Turma reconheceu a existência dos crimes narrados na denúncia, o que na prática torna o contexto desfavorável para os demais grupos de acusados.

No núcleo 4 estão sete denunciados que, segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), ficaram responsáveis por "operações estratégicas de desinformação" e ataques ao sistema eleitoral e a instituições e autoridades.

O procurador-geral da República Paulo Gonet organizou as

provas em uma linha do tempo. Gonet descreveu ações que, na avaliação dele, foram coordenadas com um único objetivo: manter Bolsonaro no poder em detrimento do resultado das eleições. Com isso, mesmo que todos os réus não tenham participado de todas as etapas do plano de golpe, cada um contribuiu, na parte que lhe cabia, para o objetivo final, na visão da PGR.

"É certo que dentro de uma organização criminosa os seus integrantes respondem pela totalidade dos ilícitos cometidos. Mesmo as condutas distantes cronologicamente são alcança-

das pelas novas ações praticadas por outros integrantes, uma vez que dirigidas para a mesma finalidade", argumentou o procurador-geral ao pedir a condenação de todos os réus nesta terça.

As defesas, por sua vez, buscam isolar as acusações para tentar neutralizar a narrativa da Procuradoria-Geral da República. Os advogados sustentam que a PGR não comprovou a conexão entre a conduta dos réus e os crimes atribuídos a eles. Também alegam que seus clientes não tinham poder decisório nem influência suficiente para contribuir para o 8 de Janeiro.

EDUCAÇÃO

PND vai elevar qualidade dos docentes no País, afirma presidente do Inep

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA/ABRASIL

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Manuel Palácios(**foto**), disse, nesta quinta-feira, que a Prova Nacional Docente (PND) vai elevar a qualidade da categoria em todo o país. Aplicada no dia 26 de outubro, a prova é voltada para professores da educação básica.

"Professores que se preparam para o exercício da docência e que não encontraram oportunidades vão ter agora uma chance de acesso à carreira", disse Palácios, em entrevista à Voz do Brasil, da EBC. Assim, segundo entende, haverá mais professores candidatos a ocupar os cargos de professor das redes de ensino.

"Temos professores que são

temporários e querem participar de concursos públicos para serem professores efetivos e também os que não entraram e querem ingressar agora na carreira docente.

O Inep divulgou ontem os locais das provas para os mais de 1 milhão de inscritos.

RESULTADOS

Trata-se da primeira avaliação de professores com a possibilidade de ingresso na carreira do magistério.

O presidente do Inep diz que os resultados de cada candidato (professor ou graduando nos cursos de licenciatura) que participar da Prova Nacional Docente poderá ser utilizados por três anos em concursos públicos e para processos seletivos simplificados que todas as redes realizam ao final de cada ano letivo.

"Temos 1,08 milhão de inscri-

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



sucesso". Palácios afirma que aproximadamente 280 mil são as pessoas que estão concluindo os cursos de licenciatura.

Os outros cerca de 800 mil inscritos incluem quem já exerce a atividade docente (cerca de 300 mil), e mais de 500 mil que querem ingressar na carreira docente. O presidente do Inep afirma que 22 estados e aproximadamente 1,5 mil municípios aderiram à prova para ser utilizada nos exames de seleção.

Serão avaliadas 17 áreas da licenciatura. As provas têm 80 questões, sendo 30 de temas gerais da formação docente e 50 questões relativas à cada uma das especialidades.

A prova faz parte do programa Mais Professores, que prevê bolsas de estudo para aqueles que, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio, queiram cursar as licenciaturas.

REUNIÃO COM RUBIO

Vieira diz que Lula e Trump devem se encontrar em breve

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Brasil e os Estados Unidos devem realizar uma nova reunião em novembro, dando continuidade à retomada do diálogo entre os dois países após meses de tensão diplomática, disse ontem o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (foto). A declaração foi feita após encontro com o secretário de Estado americano, Marco Rubio, na Casa Branca, em Washington. Segundo o chanceler, o encontro — que durou cerca de uma hora — ocorreu em clima de “excelente descontração e troca de ideias”, com foco principal nas tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros.

“Foi muito produtivo, com muita disposição para trabalhar em conjunto e traçar uma agenda bilateral de comércio”, disse Vieira em entrevista a jornalistas.

A reunião teve duas etapas: uma conversa privada entre os dois ministros e, em seguida, a participação de diplomatas e representantes comerciais de ambos os governos. Vieira confirmou que as equipes técnicas devem começar a negociar “em breve” medidas para tentar reverter as tarifas de 50% aplicadas por Washington desde agosto.

POSSÍVEL ENCONTRO

Vieira também afirmou que os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump devem se encontrar nos próximos meses, embora a data e o local ainda não estejam definidos. “Está mantido o objetivo de que os líderes se reúnam proximamente. Há interesse



LULA MARQUES/ABRASIL

de ambas as partes para que isso aconteça o quanto antes”, declarou o ministro.

Inicialmente, a expectativa era de que o encontro pudesse ocorrer durante a Cúpula da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), na Malásia, no fim de outubro. No entanto, segundo o chanceler, as agendas dos presidentes devem determinar o momento mais adequado para a reunião.

CONTEXTO

As relações entre Brasil e Estados Unidos atravessam um período de instabilidade desde que o

governo Trump decidiu impor tarifas de 50% sobre produtos brasileiros. A medida foi justificada pela Casa Branca como uma resposta a uma suposta “politização” do Judiciário brasileiro e à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado.

Além do tarifaço, Washington também aplicou sanções financeiras e consulares a autoridades brasileiras, incluindo o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. As ações foram vistas em Brasília como retaliação política.

O encontro entre Vieira e Rubio

é o primeiro de alto nível desde que Trump reassumiu a Presidência dos Estados Unidos, em janeiro. A reunião sinaliza um esforço de reaproximação entre os dois países, iniciado após uma breve conversa entre Lula e Trump durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro, em Nova York.

PRÓXIMOS PASSOS

De acordo com o Itamaraty, Mauro Vieira e Marco Rubio devem manter contato direto nas próximas semanas para definir a agenda de reuniões técnicas.

STF

Moraes autoriza investigar Bolsonaro por nterferência na PF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou nesta quinta-feira (16) a reabertura do inquérito da Polícia Federal que investigou o ex-presidente Jair Bolsonaro pela suposta interferência na corporação.

Moraes atendeu ao pedido feito quarta-feira pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Em março de 2022, durante o governo do ex-presidente, a PF concluiu que não houve ingerência política e pediu o arquivamento do caso.

A questão começou a ser investigada após Sérgio Moro pedir demissão do cargo de ministro da Justiça e insinuar interferência na PF por meio

da troca do então diretor-geral Maurício Valeixo, indicado por ele.

Gonet citou que Bolsonaro enviou uma mensagem no dia 22 de abril de 2020 a Moro e confirmou que Valeixo seria demitido. No dia seguinte, o ex-presidente compartilhou uma notícia sobre investigações da PF contra deputados que o apoiavam.

Dessa forma, no entendimento do procurador, é necessário apurar se houve “efetivamente” interferências na PF.

Conforme o pedido da PGR, a PF deverá checar a ligação da suposta interferência com as investigações sobre a Abin Paralela, propagação de desinformação e uso da estrutura do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) na trama golpista.

Nota

CÁRMEN DESMENTE ADVOGADO SOBRE VOTO IMPRESSO: 'ESTAMOS EM TEMPOS DE MENTIRAS'

A ministra Cármen Lúcia reagiu na terça-feira passada, durante o julgamento do núcleo de desinformação do plano de golpe, a um advogado que afirmou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cogitou o retorno do voto impresso. Cármen Lúcia é presidente do TSE. A ministra pediu a palavra para rebater afirmações de Melillo Dinis do Nascimento, que defende o engenheiro Carlos César Moretzsohn Rocha, presidente do Instituto Voto Legal (IVL), um dos réus no processo. “O Tribunal Superior Eleitoral em nenhum momento cogitou disso. Apenas para afastar o Tribunal Superior Eleitoral de, em algum momento, ter titubeado”, rebateu a ministra. Em sua sustentação oral na tribuna da Primeira Turma do STF, o advogado afirmou que, “em determinado momento, o TSE pensou em fazer urnas com impressão de voto”. “Os senhores se recordam? Foi o Supremo inclusive que disse: ‘olha, é inconstitucional, não vai adiante’”, disse o advogado.

ESPECIAL

Startups do Agro: inspiração, inovação e desafios no campo brasileiro

POR BÁRBARA SOUZA

No Brasil, o agronegócio deixou de ser apenas força produtiva e se tornou um terreno fértil para a inovação. Nos últimos anos, as chamadas *agtechs* ampliaram sua atuação não apenas em termos de tecnologia, mas também de alcance geográfico, escala de investimento e impacto socioambiental. Esse movimento revela um cenário no qual agricultura, pecuária e tecnologia se interligam cada vez mais.

Segundo o relatório *Radar Agtech Brasil 2024*, produzido pela Embrapa, Homo Ludens e SP Ventures, os ambientes de inovação do agro brasileiro registraram crescimento expressivo entre 2023 e 2024: incubadoras cresceram 224%, passando de 32 para 107; aceleradoras tiveram aumento de 90% (de 21 para 40); hubs inovadores subiram 29% (82 para 106); e parques tecnológicos subiram 25%, de 93 para 117. Este salto evidencia como o ecossistema de apoio à inovação rural está se fortalecendo.

Também foi observado um aumento na quantidade de startups do agro: entre 2022 e 2023, o número de *agtechs* mapeadas passou de 1.703 para 1.953, um crescimento de 14,7% no período. Grande parte dessas empresas se concentra nas regiões Sudeste e Sul do país, mas cresce fortemente o protagonismo de estados das regiões Norte e Nordeste. No Norte, por exemplo, o setor viu um aumento superior a 300% no número de startups atuantes — de 26 para 116 entre 2022 e 2023.

Em paralelo, as *agtechs* voltadas a serviços financeiros para o agro (“*fintechs* agro”, seguro rural, crédito, análise fiduciária, permuta etc.) também cresceram: em 2024, foram ma-

peadas 97 startups desse tipo, um aumento de 14% em relação ao ano anterior. Esse segmento tem papel significativo, pois contribui para reduzir o custo de capital no campo e facilita que produtores, especialmente os menores, acessem recursos que, de outra forma, ficariam restritos.

Quanto ao investimento, o Brasil permanece como um dos destinos mais importantes da América Latina para *agrifoodtech*, fusão de empresas que aplicam tecnologia à agricultura e à alimentação. No primeiro trimestre de 2025, as startups do agro no Brasil captaram



PEXELS

cerca de **US\$ 76,8 milhões**, o que representou alta de 32% em relação ao trimestre anterior e de 85% frente ao mesmo período do ano anterior. Em 2024 como um todo, o setor levantou US\$ 249 milhões, embora esse montante represente uma queda de 24% em comparação ao ano anterior.

Esse cenário revela forças em tensão: de um lado, crescimento acelerado de iniciativas, diversidade territorial e inovação, de outro, desafios de financiamento, maturidade de modelos e necessidade de regularização e política pública de apoio. Entretanto, as oportuni-

dades são claras. As *agtechs* têm contribuído para modernizar práticas como manejo inteligente da água, uso de drones, monitoramento por satélite, bioinsumos e rastreabilidade, bem como para adotar práticas de agricultura regenerativa.

Além disso, o crescimento dos ambientes de inovação fora dos grandes centros sugere uma descentralização positiva. Por exemplo, as incubadoras e aceleradoras que surgem em regiões menos tradicionais permitem que tecnologias e soluções sejam adaptadas a condições climáticas, solos e culturas locais, o que é fundamental num país de dimensões continentais como o Brasil.

É igualmente importante reconhecer os desafios: a obtenção de financiamento de longo prazo, a capacitação técnica rural, a infraestrutura (internet, eletrificação, acesso a mercados), e o relacionamento entre startups, propriedade rural e políticas públicas. Levar inovação para as fazendas ou territórios rurais exige diálogo, confiança e clareza regulatória, sobretudo quando se trata de biotecnologia, de insumos, de certificações de sustentabilidade etc.

Em suma, o avanço das startups do agro no Brasil representa uma convergência de necessidade e oportunidade. O setor enfrenta pressões, mudanças climáticas, demanda por alimentos mais sustentáveis, expectativa por eficiência e produtividade e que impulsionam a inovação. As *agtechs* estão respondendo com soluções que prometem não apenas ganhos econômicos, mas também impactos positivos socioambientais. Se forem bem apoiadas, poderão contribuir decisivamente para tornar o agronegócio brasileiro mais competitivo, inclusivo e resiliente.

ESPECIAL

DOENTES TERMINAIS

Uruguai aprova lei que legaliza a eutanásia no país

O Uruguai aprovou na quarta-feira passada, uma lei que legaliza a eutanásia, se tornando um dos poucos países a permitir o procedimento, que continua restrito a algumas regiões ao redor do mundo.

Este é um procedimento no qual um médico administra uma substância letal ao paciente para causar sua morte de forma deliberada e indolor.

A legislação uruguaia não estabelece limites de tempo para a realização. Também permite que qualquer pessoa que sofra de uma doença incurável que cause "sofrimento insuportável" busque o procedimento, mesmo que seu diagnóstico não seja terminal.

As regras relacionadas à eutanásia seguem determinações distintas em cada um dos países onde é autorizada.

O procedimento é permitido em países europeus como Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Espanha e Portugal. A prática também é autorizada no Canadá.

Segundo as leis de alguns Estados dos EUA, Austrália e Nova Zelândia, a eutanásia é restrita àqueles com expectativa de vida de no máximo seis

meses ou um ano.

Na América do Sul, Colômbia, Equador e Peru já haviam descriminalizado a eutanásia por meio de decisões judiciais, mas esta é a primeira vez na região que ela é aprovada por meio de legislação.

No Chile, o presidente Gabriel Boric reacendeu recentemente a pressão pela aprovação de um projeto de lei sobre eutanásia há muito tempo parado no Senado. Debates acirrados e ativismo em torno da prática têm tomado conta da região nos últimos anos.

NO BRASIL

Embora relacionados ao fim da vida e frequentemente mencionados como "sinônimos", a eutanásia difere do suicídio assistido. Tanto o suicídio assistido quanto a eutanásia são formas de antecipar a morte e abreviar o sofrimento, porém, a abordagem é distinta.

Enquanto no caso da eutanásia, o médico injeta uma substância letal, no suicídio assistido o medicamento é administrado pelo próprio paciente. A legislação aprovada no Uruguai permite apenas a prática da eutanásia.

MONTE EVEREST

Morre aos 92 anos o último sobrevivente de expedição pioneira

Morreu na manhã de ontem, aos 92 anos, Kanchha Sherpa, único membro sobrevivente da equipe de expedição de montanhismo que conquistou o Monte Everest pela primeira vez. A informação foi confirmada pela Associação de Montanhismo do Nepal. Ele deixa esposa, quatro filhos, duas filhas e netos.

Kanchha estava entre os 35 membros da equipe que colocou o neozelandês Edmund Hillary e seu guia sherpa Tenzing Norgay no topo do pico de 8.849 metros (29.032 pés) em 29 de maio de 1953. Ele foi um dos três sherpas - povo do Himalaia renomado como guias de montanhismo - a chegar ao acampamento final antes do cume com Hillary e Tenzing.

"Ele faleceu em paz em sua residência", disse Phur Gelje Sherpa à Associated Press, explicando que estava doente há algum tempo. "Um capítulo da

história do montanhismo desapareceu com ele."

Nascido em 1933 em Namche Bazar, a porta de entrada para o Monte Everest, ele começou a praticar montanhismo aos 19 anos e permaneceu ativo no setor de expedições até os 50 anos.

Em uma entrevista à Associated Press em março de 2024, ele expressou preocupação com a superlotação e a sujeira no pico mais alto do mundo, exortando a necessidade de as pessoas respeitarem a montanha como uma deusa. "Seria melhor para a montanha reduzir o número de alpinistas", disse ele.

Entre os sherpas, o Everest é reverenciado como Qomolangma, ou deusa-mãe do mundo. Os membros da comunidade geralmente realizam rituais religiosos antes de escalar o pico. *(Com informações da Associated Press)*

FRANÇA

Lecornu sobrevive a votos de desconfiança no Parlamento

O primeiro-ministro francês, Sébastien Lecornu, sobreviveu a duas votações de desconfiança que poderiam ter derrubado seu frágil novo governo e mergulhado a França em um caos político ainda maior, ontem.

As votações na Assembleia Nacional abrem caminho para que o premiê enfrente o que pode ser um desafio ainda maior: conseguir aprovar um orçamento para 2026 para a segunda maior economia da União Europeia (UE) na câmara baixa do Parlamento antes do final do ano.

A sobrevivência de Lecornu também evita a necessidade imediata de o presidente francês, Emmanuel Macron, dissolver novamente a Assembleia Nacional e convocar elei-

ções legislativas antecipadas, uma opção arriscada que o líder francês havia sinalizado que poderia tomar se o primeiro-ministro caísse.

O aliado do presidente francês enfrentou duas moções de desconfiança apresentadas por opositores de Macron - o partido de extrema-esquerda França Insubmissa e Marine Le Pen, do partido de extrema-direita Reunião Nacional. A câmara de 577 assentos votou primeiro na moção da França Insubmissa - e ela não obteve sucesso por 18 votos, com 271 parlamentares apoiando-a. Era necessário uma maioria de 289 votos para ser aprovada. A segunda moção de Le Pen obteve apenas 144 votos, bem aquém de uma maioria.

VENEZUELA

Especialistas temem por interferência dos EUA na AL

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Especialistas em relações internacionais avaliam que a confirmação da ação da Agência Central de Inteligência (CIA) na Venezuela pelos Estados Unidos (EUA) abre um perigoso precedente que pode justificar novas intervenções militares diretas de Washington em toda América Latina.

Os estudiosos consultados pela Agência Brasil lembraram que uma interferência dos EUA na Venezuela viola a lei internacional; pode provocar uma guerra civil em um vizinho do Brasil; e tem como objetivo assumir o controle das maiores reservas de petróleo do planeta, e não combater o tráfico de drogas, como alega a Casa Branca.

O professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) Roberto Goulart Menezes avalia que o impacto é "catastrófico" para toda a região.

"Não sabemos se os EUA vão parar na Venezuela. A apreensão do governo brasileiro é total, assim como da Colômbia e de todos os países. Vão tentar fazer da Venezuela um protetorado dos EUA. Vão colocar no poder quem eles querem", comentou.

O pesquisador do Instituto Nacional de Estudos sobre os EUA acrescentou que a ação contra Venezuela é uma ameaça a toda América Latina e Caribe.

"Deixa todo mundo em alerta. Nós estamos falando de os EUA invadirem um país que é colado ao Brasil. Assim, não é qualquer coisa. Isso aí é estarrecedor", disse.

Na quarta-feira passada, Trump confirmou que autorizou a CIA a operar contra o governo Maduro. "Acho que a Venezuela está sentindo a pressão, e outros países também", afirmou em coletiva de imprensa na Casa Branca.

A professora de relações internacionais Camila Vidal, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), destacou que a intervenção dos EUA na Venezuela viola o direito internacional.

"É ilegal um país interferir na soberania de outro país. Gostando ou não, Maduro **(foto)** é o presidente do país. Para o Brasil, tem impactos seríssimos. A gente faz fronteira com a Venezuela. Estamos falando de uma ação de guerra na nossa fronteira. Agora Venezuela, amanhã vai ser quem?", comentou.

GUERRA CIVIL

O historiador e pesquisador de conflitos armados, o delegado Rodolfo Queiroz Laterza, analisa que as ações contra Caracas podem ser replicadas contra qualquer país latino-americano que, eventualmente, contrarie os interesses dos EUA.

"Isso demonstra que todo e qualquer regime, sistema de governo ou sociedade latino-americana pode ser objeto de estratégias de guerra híbrida, como nós estamos vendo contra a Venezuela", disse.

Em setembro, a maioria dos países da América Latina manifestou preocupação com a presença militar dos EUA no Caribe.

Para Laterza, uma possível queda de Maduro pode abrir uma guerra civil na Venezuela com consequências para todos os seus vizinhos, incluindo o Brasil.

"O assassinato ou queda de Maduro poderia dar início a movimentos paramilitares e de oposição com forte apoio da mídia corporativa. Isso levaria, sem dúvida, a uma polarização social e política que poderia desbancar para um conflito interno bastante severo dentro da Venezuela, com aumento do fluxo migratório e de instabilidade nas fronteiras", comentou.

A vencedora do Nobel da Paz em 2025, a opositora venezuelana Maria Corina Machado, vem apoiando as ações de Trump contra a Venezuela, tendo dedicado o prêmio ao chefe de Estado dos EUA.

DROGAS E PETRÓLEO

O especialista em segurança internacional Rodolfo Queiroz Laterza afirma que a Venezuela, apesar de ter problemas com o narcotráfico, não possui cartéis produtores de drogas que sustentem os argumentos de

Trump contra o país.

"O que motiva as ações de Trump é o fator geoeconômico. A Venezuela tem a maior reserva petrolífera do planeta. E o que se busca do governo Trump é um rearranjo em relação a essas riquezas. Ele quer ter influência sobre essa riqueza, e que os conglomerados por ele apoiados assumam essas reservas", destacou.

O professor da UnB Roberto Goulart Menezes concordou com a posição de Laterza. "São 320 bilhões de barris de petróleo. Os EUA querem recuperar a Venezuela. Eles sabem que é um país-chave para o Caribe devido a importância energética que Caracas tem", acrescentou.

Em junho de 2023, Trump admitiu que se tivesse vencido a eleição contra Biden, em 2020, teria "tomado a Venezuela" e "pego todo o petróleo".

Para professora de relações internacionais Camila Vidal, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), as medidas de Trump contra Maduro são porque o país não é subserviente à Washington, não tendo qualquer relação com combate às drogas ou imigração ilegal.

"A Venezuela não é uma ameaça aos EUA. O problema é que a Venezuela tem uma política autônoma, independente e não subserviente aos EUA. Ter na América Latina, no 'quintal' deles, um país que não responde aos mandos e desmandos de Washington não é nem nunca foi permitido", afirmou.

Para Camila Vidal, a justificativa de combate às drogas não

passa de uma desculpa.

"Assim como, no Iraque, usou a desculpa de armas nucleares, que a gente sabe não possuíam. Na Guerra Fria era o comunismo soviético, agora é o combate às drogas. De fato, o interesse é outro: é a retirada de um governo autônomo para colocar no lugar um governo subserviente aos EUA", finalizou.

CARACAS X WASHINGTON

Desde a chegada dos chavistas ao Poder, em 1999, Caracas e Washington mantêm uma relação conflituosa. Em 2002, um golpe de Estado tirou Hugo Chávez da presidência por dois dias, chegando a ser revertido por militares fiéis ao ex-presidente.

Em 2017, os EUA sancionaram o setor financeiro da Venezuela depois que Maduro instalou uma Assembleia Constituinte que retirou os poderes da Assembleia Nacional, então controlada pela oposição.

Em 2019, Washington aplicou um embargo contra o petróleo venezuelano e apoiou a tentativa do deputado Juan Guaidó de assumir o controle do país. Desde meados de 2022, após a guerra da Ucrânia, o embargo econômico contra a Venezuela vinha sendo parcialmente flexibilizado.

Em julho de 2024, Maduro se reelegeu em um pleito denunciado como fraudulento. Com a reeleição de Trump, os EUA voltaram a aumentar a pressão para desestabilização de Caracas com o envio de milhares de militares à costa marinha do país caribenho.

BUDAPESTE

Trump: conversa com Putin foi 'muito produtiva' e que se encontrarão em breve

THAIS PORSCH/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse ontem, que concluiu sua conversa telefônica com o presidente russo, Vladimir Putin, e a definiu como "muito produtiva", afirmando que "grandes progressos foram feitos".

Pode meio do Truth Social, Trump afirmou que ele e Putin se encontrarão em Budapeste, na Hungria, "para ver se podemos trazer um fim a esta guerra 'inglória'", numa referência ao conflito entre Rússia e Ucrânia. Ambos também concordam que haverá uma reunião de conselheiros de alto nível na próxima semana, que serão lideradas, na

parte americana, pelo secretário de Estado, Marco Rubio.

"Também passamos muito tempo falando sobre o comércio entre a Rússia e os EUA quando a guerra com a Ucrânia terminar", acrescentou o republicano.

Segundo Trump, Putin o parabenizou durante a ligação pela paz no Oriente Médio. "Eu realmente acredito que o sucesso no Oriente Médio ajudará em nossa negociação para alcançar o fim da guerra com a Rússia/Ucrânia", pontuou a postagem.

O presidente americano se encontrara com seu homólogo da Ucrânia, Volodimir Zelenski hoje na Casa Branca.



WIKIPÉDIA